

# UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS EMPREENDEDORES DO ROTEIRO CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE

Renata Helena Chula Carneiro da Fontoura

Hernanda Tonini

## Resumo

O turismo rural é uma das formas de pluriatividade que as propriedades rurais podem desenvolver para obter incremento de renda e preservação das áreas naturais. A cidade de Porto Alegre é a segunda capital do Brasil com maior área rural produtiva e é neste cenário que está situado o Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre, do qual fazem parte as propriedades integrantes da Associação Porto Alegre Rural (POA RURAL). O estudo teve com o objetivo analisar o que o turismo rural proporciona a estes empreendedores, bem como suas consequências e as políticas públicas envolvidas neste projeto. Para desenvolver a análise de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, assim como entrevista com nove (9) empreendedores. Como resultado verificou-se que o turismo rural cumpre seu papel enquanto promotor de renda complementar e valorização do ambiente natural, porém as políticas públicas de incentivo ao turismo ainda são pouco percebidas na região.

**Palavras-chave:** Turismo Rural, Pluriatividade, Políticas Públicas, Caminhos Rurais.

## 1 Introdução

O turismo pode ser visto como uma estratégia para o desenvolvimento das comunidades e do país, pois é um dos segmentos da economia que mais cresce no Brasil e no mundo. Conforme dados do IBGE, em 2009 a indústria do turismo movimentou R\$ 213,3 bilhões, tendo uma participação de 7,3% no total do valor bruto da produção de serviços no país, representando 3,7% do PIB (IBGE, 2012).

O Governo Federal, desde 1995, vem adotando o Turismo Rural como uma das atividades estratégicas da política de desenvolvimento de localidades rurais. Prova disso é a inclusão deste segmento turístico nas Diretrizes, Estratégias e Programas da Política Nacional de Turismo como uma das ações para diversificação do produto turístico nacional (BRASIL, 2010).

O turismo rural tem sido uma alternativa para os processos de desenvolvimento rural, visto que os agricultores precisam de outras fontes de renda além da atividade agrária tradicional para manter suas famílias e suas propriedades. O turismo também pode ser entendido como um elemento importante no sentido de promover melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida das famílias e comunidades que o adotam (ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL, 1998).

Porto Alegre é considerada a segunda capital do Brasil com maior zona rural produtiva, o que contribui para a manutenção de suas características e do modo de vida rural (PORTO ALEGRE, 2015). Neste cenário estão pequenas propriedades de agricultura familiar e agroecológica, assim como propriedades dedicadas a atividades rurais que buscam valorizar e preservar a região. Em 1999, estudantes de turismo da PUCRS, com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, desenvolveram um projeto piloto de Turismo Rural na região. No ano de 2005, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) realizou o primeiro inventário turístico da região e em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), a PUCRS e os agricultores, o Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre foi lançado oficialmente em novembro do referido ano. O Roteiro contempla onze bairros<sup>1</sup> localizados na Zona Sul de Porto Alegre (POA RURAL, 2015).

No ano seguinte os agricultores participantes dos Caminhos Rurais fundaram a Associação Porto Alegre Rural (PoA Rural), uma organização sem fins lucrativos, que tem como missão sensibilizar os visitantes e a comunidade sobre a importância da conservação do meio ambiente e a valorização do patrimônio cultural e natural, promovendo o desenvolvimento sustentável do turismo rural e dos atrativos da região. Para participar da PoA Rural é necessário possuir uma propriedade rural que esteja localizada dentro dos Caminhos Rurais, apresentar um diagnóstico de turismo, além de participar de cursos de capacitação para a atividade turística, oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Este modelo de organização possibilita que a gestão do roteiro seja desenvolvida pelos próprios empreendedores. O turismo rural, além de uma fonte de renda complementar, é uma forma de sensibilizar os visitantes para a importância da manutenção da zona rural e da conservação dos espaços naturais, ambos ameaçados pelo crescimento populacional e pela especulação imobiliária que afeta a região (POA RURAL, 2015).

Existem 42 empreendimentos rurais catalogados pela SMTUR, com aptidão ao desenvolvimento do turismo rural na região. Destes, apenas 13 fazem parte da PoA Rural, e são estes os locais que participaram do presente estudo. Estes empreendimentos têm como atividades, o cultivo de frutas e hortaliças orgânicas, flores e folhagens, produção de sucos, pães, geleias, além da criação de animais. No ano de 2014 o roteiro recebeu 14.159 turistas, sendo 60% crianças de escolas de Porto Alegre, que participaram de vivências de turismo pedagógico, uma das principais atividades do roteiro. (POA RURAL, 2015).

Diante deste cenário, o turismo é uma possibilidade de desenvolvimento da economia na zona rural, promovendo a valorização das atividades e preservando o meio

---

<sup>1</sup> Os bairros contemplados no Roteiro Caminhos Rurais são: Cascata, Lomba do Pinheiro, Belém Velho, Vila Nova, Campo Novo, Aberta dos Morros, Ponta Grossa, Restinga, Belém Novo, Hípica e Lami.

ambiente. É um desafio manter atividades rurais dentro de uma capital com grande crescimento populacional, que precisa expandir sua urbanização, visto que nas regiões centrais não existe mais espaço para moradia. Os empreendedores dos Caminhos Rurais lutam para a manutenção da zona rural da cidade e o turismo tem sido um elemento importante de sensibilização da população e do poder público, pois para manter as áreas produtivas e preservadas precisa existir o envolvimento de todos.

Este estudo analisou o que o turismo proporciona às propriedades envolvidas nos Caminhos Rurais de Porto Alegre assim como a percepção dos gestores destes espaços sobre esta atividade.

## **2 Objetivos**

O estudo teve como objetivo geral analisar o que o turismo rural proporciona aos proprietários dos empreendimentos participantes do roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) identificar as consequências do turismo rural e a percepção dos gestores dos espaços, sobre a atividade; b) identificar as atividades turísticas desenvolvidas em cada empreendimento; c) analisar as políticas públicas envolvidas com o roteiro Caminhos Rurais.

## **3 Procedimentos metodológicos**

A abordagem metodológica predominante foi de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa é aquela que utiliza técnicas como a observação participante, história ou relato de vida, entrevista, entre outros (COLLIS; HUSSEY, 2005). Esta metodologia foi escolhida, pois envolve a obtenção de dados pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada de forma a verificar como o turismo rural (situação) se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias das propriedades estudadas. (GODOY, 1995).

Para desenvolver o estudo foram entrevistados os empreendedores membros da Associação Porto Alegre Rural e integrantes do Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre, que trabalham em suas propriedades com atividades rurais e/ou turismo rural há pelo menos três anos, totalizando dez locais. Destes, nove (9) empreendedores participaram da pesquisa, um (1) não teve disponibilidade para realizar a entrevista. A delimitação geográfica se dá a partir da localização dos empreendimentos, no extremo sul de Porto Alegre.

Quanto ao caráter da pesquisa a mesma se caracterizou como exploratória e descritiva. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (2006) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade do pesquisador com o problema. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas com os gestores dos empreendimentos tendo como intuito a coleta de

informações através da interação entre pesquisador e pesquisado oportunizando ao pesquisador aprender com os pensamentos, saberes e argumentos dos entrevistados (SEVERINO, 2014).

Para complementar as informações foi desenvolvida uma pesquisa documental sobre os Caminhos Rurais de Porto Alegre a fim de obter uma maior compreensão das diretrizes deste roteiro de turismo rural. A pesquisa documental é caracterizada por possuir sua fonte de coleta de dados restrita a documentos (LAKATOS e MARCONI, 2000). Foram utilizados documentos fornecidos pela Associação Porto Alegre Rural e dados do site da Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre.

Os dados coletados foram organizados através do programa Microsoft Office Excel 2007, gerando tabelas e gráficos que favoreceram a análise descritiva dos resultados. Os entrevistados foram nomeados como P1, P2, P3, sucessivamente até P9, para que os respondentes não sejam identificados.

#### **4 Turismo rural, pluriatividade e desenvolvimento**

Quando estudamos o turismo, verificamos que existem conceitos diversos sobre o tema ao redor do mundo. De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT, Turismo é: “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo e inferior a um ano, motivados por férias, negócios ou outros” (OMT, 1995).

Para pesquisadores como Acerenza (1999) o turismo é um fenômeno social completo, que pode ser interpretado de maneiras distintas, de acordo com o objetivo que as pessoas envolvidas tenham naquele momento. Este autor reforça a ideia de turismo como uma atividade que pode estar relacionada com lazer, educação, descanso e recreação. E através destas atividades é possível segmentar a atividade turística.

O Ministério do Turismo entende que segmentação é a forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. O turismo rural é um destes segmentos e é definido como “o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (BRASIL, p.18, 2010).

Além destas atividades, o Ministério do Turismo acrescenta alguns benefícios que o turismo rural pode propiciar para a comunidade onde está inserido, entre eles estão: a revitalização econômica e social das regiões, a valorização dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente, a atração de investimentos públicos e privados em infraestruturas (BRASIL, 2010).

Em 2007 foi instituída, no Rio Grande do Sul, a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural. A Lei nº 12.845, de 26 de novembro de 2007, traz em seu artigo 3º os seus princípios, entre os quais podemos destacar: a valorização da atividade rural em harmonia com o meio ambiente; instrumento de agregação de renda; diversificação dos negócios da propriedade rural; preservação do meio ambiente e manutenção do caráter complementar do turismo em relação às demais atividades (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o turismo rural além dos benefícios econômicos deve ofertar melhorias na qualidade de vida da comunidade rural através de investimentos do poder público em infraestrutura básica, ocupação para os membros da família, proporcionando a fixação do jovem no campo, preservação de áreas naturais, preservação e valorização dos processos produtivos tradicionais, entre outros (SENAR, 2011).

O desenvolvimento de atividades de turismo rural tem por objetivo atender as necessidades de quem procura (turista) e de quem oferece (agricultor). Para que a atividade cumpra seu papel, é importante que os serviços turísticos sejam bem planejados. No Brasil, foi a partir de 1998, com a realização do I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, em Santa Maria – RS, que começaram as primeiras movimentações para a organização do turismo rural. Neste congresso foi elaborada a “Carta de Santa Maria”, documento que propõe a parceria entre as instituições governamentais e a iniciativa privada para o desenvolvimento de políticas e diretrizes para o segmento (SILVA e GELBCKE, 2016).

O turismo rural quando desenvolvido harmoniosamente com a agricultura, sendo planejado, organizado e administrado, com coerência e responsabilidade, pode ser um instrumento de promoção do desenvolvimento das regiões onde estiver inserido (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

De acordo com Almeida, Froelich e Riedl (1998) o desenvolvimento rural não pode mais estar alicerçado apenas nas atividades agrárias tradicionais, é necessário que haja diversificação nas atividades e o turismo surge como uma alternativa promissora a curto e médio prazo. Os autores descrevem como benefícios para o produtor rural: aumento e diversificação da renda, ocupação da mão-de-obra familiar, interação social e cultural e aproveitamento racional de espaços.

Esta diversidade entendida como pluriatividade permite que a propriedade rural seja percebida como uma unidade de produção e reprodução de trabalho além das atividades agrícolas. Refere-se à prática de agricultura e outras atividades tanto dentro como fora das propriedades e que são revertidas em remuneração. Uma destas atividades está associada à prática do turismo rural (MARAFON, 2006).

Para Schneider (2009), a pluriatividade no meio rural se dá através da combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura e podem ser exercidas por pessoas com grau de parentesco ou consanguinidade. Estas atividades proporcionam outras fontes de renda dentro da propriedade e desta forma evitam o êxodo rural, favorecendo a permanência dos jovens no campo. O autor também ressalta a valorização do meio rural e o desenvolvimento da comunidade local. A pluriatividade também pode ser vista como uma resposta às políticas de desenvolvimento rural, visto que é um estímulo às atividades não agrícolas como o turismo, as pequenas e médias indústrias e a preservação ambiental.

Graziano da Silva (2002) defende novas políticas para o desenvolvimento rural através de diversas ações que visem estender ao morador da zona rural as mesmas possibilidades encontradas nos meios urbanos. Uma dessas políticas seria a diversificação nas atividades para geração de renda (pluriatividade) através do turismo, da moradia e da preservação ambiental, reforçando a importância do papel das prefeituras para estimular a auto-organização dos moradores locais para desenvolver a oferta de serviços voltados à atividade turística.

#### **4.1 Políticas públicas para o turismo rural**

Para que o turismo exerça seu papel enquanto outra fonte promotora de renda às famílias rurais, esta atividade precisa ser planejada e organizada. A gestão pública deve ser responsável por promover e garantir transporte, segurança, limpeza, saneamento, iluminação, além de apoiar e incentivar as atividades, pois sem o básico, dificilmente o turismo será impactante para a sociedade (BEZERRA, 2002).

O turismo rural além de ser uma fonte de renda extra às famílias que desenvolvem a atividade, também é capaz de valorizar o território onde está inserido e de acordo com Souza et al (2011), propiciar a valorização do patrimônio cultural-ambiental e o desenvolvimento econômico da região. Desta forma, o poder público precisa trabalhar em parceria com os gestores dos locais, para que as ações sejam organizadas para benefício de todos os envolvidos.

Por parte dos agricultores, estes precisam mudar seu modo de trabalho e tornarem-se gestores dos seus empreendimentos. Para que possam desenvolver as atividades com qualidade devem se aperfeiçoar, optar por novas formas de gerenciamento e desenvolver uma visão sistêmica do seu negócio, para que seja possível trabalhar em prol do desenvolvimento da região e poder avaliar se as políticas públicas estão sendo aplicadas como deveriam. O gestor também precisa planejar a atividade turística para que obtenha os resultados esperados. A atividade turística precisa ser desenvolvida em parceria com o

poder público e deve ser norteadas pelas políticas públicas de turismo (ROQUE E VIVAN, 1999).

Para Bonetti e Candioto (2012), políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de intenções, diretrizes, normas e estratégias que possuem o propósito de alcançar e dar continuidade ao desenvolvimento do turismo.

Pode-se entender ainda, políticas públicas como as ações do Estado orientadas pelo interesse da sociedade. No turismo, as políticas públicas devem ter o papel de propiciar o desenvolvimento harmônico da atividade e para isso o Estado deve oferecer infraestrutura de acesso, infraestrutura básica urbana e estrutura administrativa competentes para planejar e controlar os investimentos, auxiliando no desenvolvimento das iniciativas privadas (BARRETTO et al, 2003).

No ano de 2003, o Ministério do Turismo em parceria com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) desenvolveu as “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil”, as principais diretrizes assumidas foram: ordenar o segmento turismo rural; promover e estimular a eficiente informação/comunicação no setor; promover a articulação de ações institucionais e intersetoriais; promover e viabilizar incentivos para o desenvolvimento da atividade; incentivar e apoiar formas eficientes de promoção e comercialização; promover e estimular a capacitação de recursos humanos; estimular o envolvimento de comunidades locais; promover, incentivar e estimular a criação e a adequação de infraestrutura para o setor. (BRASIL 2010).

Através destes dados é possível verificar que o turismo rural ainda é uma atividade em desenvolvimento no Brasil e por este fator se percebe que as práticas ainda são pouco exploradas pelos turistas, pelos órgãos públicos, privados e pelos agricultores. O Brasil possui uma extensa área rural, com potencial para o turismo e se for muito bem estruturado pode ser uma forma de desenvolvimento sócio-econômico para as diferentes regiões do país.

## **5 Resultados e discussão**

Atualmente são onze (11) propriedades que fazem parte da PoARural e atuam diretamente com atividades de turismo. Além de oferecer as atividades o grupo tem a preocupação de manter a zona rural preservada. As entrevistas foram realizadas com nove (9) sócios da Poa Rural. Destes, cinco fazem parte dos Caminhos Rurais desde o início (2005) e são sócios fundadores. Os demais começaram a participar entre 2010 e 2011.

As atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades entrevistadas são: produção agroecológica, atividades equestres, agroindústria e piscicultura, conforme mostra a tabela 1. Uma das propriedades não desenvolve atividade agrícola e trabalha apenas com turismo pedagógico, tendo animais e árvores frutíferas para amostragem, sua lida campeira

se resume a manutenção do sítio e o trato com os animais. Os locais onde a agroecologia é a atividade principal possuem agroindústria o que permite o aproveitamento integral do que é produzido na horta e através da venda de produtos processados aumenta o faturamento proveniente da atividade turística.

Tabela 1: Atividade agrícola das propriedades dos Caminhos Rurais.

Atividade Rural			
Propriedade	Principal	Secundária	Observações
P1	Prod. Agroecológica	Agroindústria	Agroindústria para o turismo
P2	Ativ. Equestre	Prod. Agroecológica	Produção agroecológica para o turismo
P3	Ativ. Equestre		
P4	Prod. Agroecológica	Agroindústria	
P5	Psicultura	Prod. Agroecológica	Produção agroecológica para o turismo
P6	Prod. Agroecológica	Agroindústria	
P7	Prod. Agroecológica	Agroindústria	
P8			Não possui atividade rural
P9	Psicultura	Prod. Agroecológica	Produção agroecológica para o turismo

Através das atividades agrícolas desenvolvidas cabe ressaltar que a produção agroecológica é uma das premissas para que os locais possam fazer parte da PoARural, demonstrando aspectos trazidos por Ceretta et al (2012) que ressalta o turismo rural como uma maneira de proteger e valorizar o ambiente, valores expressados pelo entrevistado P6 que deixa claro em sua fala, a preocupação com o espaço rural: “Um dos motivos era a questão da área rural, mostrar para as pessoas o que tinha e que tinha que ser preservado...” Schneider e Fialho (2000) reforçam a capacidade que o turismo rural possui quando se fala em valorizar o ambiente e onde está inserido e assim proporcionar a conservação e a manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural.

Dos entrevistados, três vivem apenas da renda oriunda da atividade agrícola e/ou do turismo, as demais possuem renda extra (aposentadorias, pensões, etc).

Tabela 2: Atividade turísticas das propriedades dos Caminhos Rurais.

Atividade Turística						
Propriedade	Pedagógico	Gastronomia	Eventos	Hospedagem	Equestre	Trilha
P1		x	x	X		
P2		x	x		X	
P3					X	X
P4	x	x	x			
P5	x	x	x			X
P6	x	x				
P7	x	x				X
P8	x					X
P9		x	x	X		X

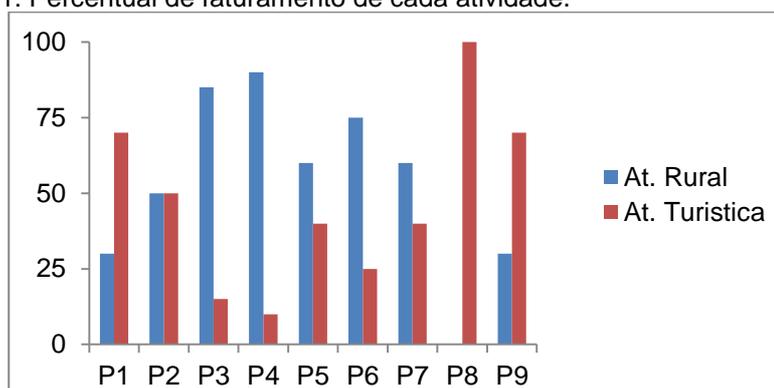
Através da tabela 2 pode-se observar que todos os locais oferecem pelo menos duas atividades turísticas distintas. Os locais que oferece alimentação trabalham com

grupos de no mínimo 20 pessoas e quando compara-se os dados referentes à incremento de renda percebe-se que as propriedades que locam os seus espaços para eventos são os que possuem maior faturamento proveniente do turismo.

Um dos objetivos do turismo rural é exercer o papel de complemento da renda familiar e isso fica evidente dentro dos Caminhos Rurais, pois 89% das propriedades começaram a desenvolver atividades turísticas para incrementar a renda e esta receita oriunda do turismo é utilizada para manutenção das estruturas dos sítios e para investimentos em infraestruturas como: construção de galpões novos, adequação em banheiros e cozinhas. Essas melhorias foram relatadas como alguns dos benefícios que o turismo tem proporcionado ao longo dos anos de atividade. Ceretta et al (2012) em sua pesquisa com empreendimentos que oferecem turismo rural em Pelotas também identificou como um dos pontos fortes as melhorias em infraestruturas que foram feitas para o turismo. A pesquisa desenvolvida por Souza et al (2011) nos Caminhos de Pedra, em Bento Gonçalves, ressalta como um dos aspectos mais positivos, além da melhora na autoestima dos agricultores, o aumento da renda e a permanência das famílias no campo.

Quando questionados sobre qual seria o percentual da renda proveniente das atividades turísticas e agrícolas, 67% dos entrevistados respondeu que a agricultura possui o faturamento superior ao turismo, estes dados estão representados no gráfico 1. No momento da entrevista foi solicitado que informassem apenas as rendas provenientes dessas atividades, excluindo-se os valores de aposentadoria, pensões, entre outros.

Gráfico 1: Percentual de faturamento de cada atividade.



Ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD - de 1981 a 1992 relacionadas aos empregos nos setores de economia, Schneider e Fialho (2000) ressaltam que as atividades não agrícolas permitem diversificar a atividade produtiva da propriedade rural, a ponto de fazer com que a agricultura deixe de ser a única possibilidade laboral, visto que o trabalho não agrícola surge com novas oportunidades para a população de áreas rurais em termos de incremento de renda. Dessa forma, embora nos Caminhos Rurais a maioria dos respondentes possua renda extra - oriunda de atividades

fora do espaço rural - algumas das propriedades encontraram no turismo uma forma de sobrevivência econômica.

Para Altíssimo (2002), a mão de obra informal sempre foi dominante no setor do turismo e este fator favorece a utilização de mão de obra familiar, dado observado na pesquisa, pois a maioria das propriedades empregam familiares para a atividade turística. Os empreendimentos entrevistados realizam contratação de mão de obra conforme a quantidade de turistas e 55% contratam mão de obra familiar, conforme consta na tabela 2.

Esse dado reforça um ponto positivo que Schneider e Fialho (2000) observam quando analisam o êxodo rural, pois estas atividades podem reduzir ou retardar a ida dos jovens para a cidade. Souza et al (2011) ressalta que uma das características do turismo rural é a utilização de mão de obra familiar e na sua pesquisa aparecem relatos de familiares retornaram à zona rural para se dedicar ao turismo, fato que também ocorre nos Caminhos Rurais onde duas propriedades tiveram retorno de familiares em virtude da atividade turística.

Tabela 2: Contratação de mão de obra por propriedade.

Propriedade	Mão de Obra - Rural			Mão de Obra - Turismo		
	Formal	Familiar	Temp./Infor.	Formal	Familiar	Temp./Infor.
P1			x			x
P2	x					x
P3	x					
P4	x				x	
P5			x			x
P6		x	x		x	
P7		x	x		x	
P8			x		x	x
P9	x				x	x

A pluriatividade também é encontrada quando analisamos a contratação de mão de obra familiar, Alves apud Ceretta et al (2012), ressalta a combinação das múltiplas inserções ocupacionais de pessoas da mesma família e através das atividades agrícolas e não agrícolas geram ganhos monetários ou não para a propriedade.

Para os entrevistados o turismo rural também trouxe melhorias estruturais em suas propriedades, através de novas instalações e reformas com o objetivo de melhorar o atendimento ao turista. Também foi relatado o cuidado com a manutenção da propriedade, visto que os locais precisam estar bonitos para os turistas. Observa-se que muitos ainda estão investindo em melhorias e possuem uma grande preocupação com a manutenção das áreas externas. Um dos entrevistados relatou que todo investimento que ele faz é com o dinheiro obtido através do turismo.

Em relação ao planejamento das atividades turísticas é possível perceber que no início do projeto os agricultores não imaginavam como as mesmas seriam desenvolvidas e

nem o público que iriam receber. Dois locais relataram que esperavam trabalhar com grupos de terceira idade e hoje o maior fluxo são crianças que participam de atividades de turismo pedagógico. Os empreendedores foram ao longo do tempo se adaptando para receber os diferentes públicos. Todos os locais reforçaram a necessidade de agendamento nas suas visitas, o que se faz necessário para que os turistas sejam recebidos pelo proprietário e para que o local esteja preparado para receber os visitantes. Isto revela a organização e preocupação dos agricultores com o turismo, embora não seja explícito, todos planejam suas atividades.

O projeto dos Caminhos Rurais foi desenvolvido por iniciativa de um grupo de estudantes em parceria com o setor público e os agricultores. No início do projeto a Secretaria de Turismo de Porto Alegre ofereceu apoio referente à gestão do roteiro e capacitação dos empreendedores, disponibilizando uma pessoa dentro da SMTUR que estava em constante contato com o grupo. Após a saída deste elo de ligação entre o poder público e a PoARural o sentimento dos empreendedores foi de abandono. Em todas as entrevistas, quando questionados sobre o relacionamento entre a PoARural e o poder público, as falas foram muito parecidas: “não existe...”(P1), “...péssimo, horrível, não existe...”(P3)”. Kloster e Cunha (2012) trazem relatos parecidos em sua pesquisa sobre o turismo rural no município de Ponta Grossa, no Paraná. Este projeto teve a Prefeitura como articuladora e quando houve troca de governo, os agricultores ficaram sem apoio, visto que ao invés de oferecer infraestruturas a prefeitura exercia o papel de gestora do projeto.

Kloster e Cunha (2012) ressaltam que o papel do poder público deve ser de dar condições de acesso às propriedades através da manutenção das vias de acesso, sinalização turística e servir como articuladora. Nas entrevistas, quando questionados sobre saneamento básico, segurança e desenvolvimento local, os relatos foram de piora desde que existe os Caminhos Rurais. Um proprietário relatou que, em ano eleitoral conseguiu os postes para iluminação da rua e as luzes vieram quatro anos depois, na outra eleição. Nestes 10 anos, o DMAE instalou água em oito (8) das propriedades entrevistadas.

Foi relatado pela maioria dos entrevistados que o poder público oferece incentivo através de divulgação, capacitações e consultorias. Porém questões como melhoria nas estradas, iluminação em frente às propriedades e segurança pública ficam esquecidas. Silva e Gelbcke (2016) relatam em sua pesquisa que esse é um dos problemas enfrentados pelo turismo rural no Brasil, os projetos normalmente incluem capacitações, mas não oferecem apoio técnico pós-projeto com o objetivo de garantir a continuidade do mesmo.

Sobre saneamento básico, todos relataram que o projeto das fossas ecológicas foi desenvolvido em parceria com a Cooperativa de Desenvolvimento do Turismo (COODESTUR) com recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, tal cooperativa ofereceu o instrutor e as fossas foram construídas através de mutirões. Porém o

saneamento básico se restringiu apenas às propriedades que estavam integrando o roteiro, o entorno não foi contemplado.

Graziano da Silva (2002) ao analisar o novo rural brasileiro identifica novas políticas públicas de desenvolvimento do espaço rural. O autor sugere a criação de programas de moradias rurais, implantação de áreas públicas de lazer, criação de infraestruturas de transporte e comunicação, assim como a extensão de serviços urbanos básicos (água potável, segurança e saúde), políticas de geração de renda através do estímulo da pluriatividade e de outros usos do espaço rural (turismo, moradia e preservação ambiental), e um reordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação no espaço rural. Estas políticas se encaixam dentro do contexto dos Caminhos Rurais, principalmente por ser uma área que volta a ser zona rural, constituída através da Lei Complementar nº775, de outubro de 2015 (POA RURAL, 2015).

Porto Alegre possuía zona rural até 1999, quando foi instituído o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA) que definiu a região com Zona Rururbana o que favoreceu o crescimento populacional desordenado, os desmatamentos e prejudicou os agricultores, pois não estando inseridos em uma zona rural, muitas das suas atividades não eram permitidas, assim como o acesso à benefícios e financiamentos junto à programas do Governo (POA RURAL, 2015).

Diversos problemas relatados estão relacionados às ações do poder público em nível municipal como, por exemplo, a coleta de lixo que está cada vez mais precária, a manutenção das estradas e a segurança. Os entrevistados são unânimes quando se referem aos anos eleitorais, pois neste período conseguem sanar algumas demandas, devido ao interesse dos políticos.

E por fim, as formas de apoio que as Secretarias de Turismo (tanto Municipal, quanto Estadual) oferecem é através da divulgação do roteiro através dos sites e nos centros de atenção ao turista. As placas de sinalização que foram instaladas pela cidade também são vistas como um ponto positivo, porém o grupo gostaria de ter participado da escolha dos locais de instalação, principalmente próximo das propriedades, pois nem todas as estradas estão identificadas, o que dificulta a localização para os turistas.

Foi possível perceber através da pesquisa, que a atividade de turismo rural tem desempenhando um importante papel para a manutenção das propriedades, assim como para a preservação do meio ambiente. Porém os benefícios da atividade ficam restritos às propriedades, sendo pouco significativa o envolvimento dos empreendedores com a comunidade local.

## **6 Considerações finais**

Durante a pesquisa diversas reflexões foram surgindo. Uma delas foi sobre a essência dos gestores envolvidos com os Caminhos Rurais. Todos os empreendedores podem ser considerados “neururais”, pessoas que moravam e trabalhavam na zona urbana e por procurarem uma melhor qualidade de vida, por questões econômicas ou por ideologia, resolveram residir e trabalhar na zona rural, fazendo do turismo uma fonte de renda complementar. Esse é um ponto positivo, pois trazem na sua bagagem profissional vivências urbanas que possibilitam um olhar diferenciado sobre o negócio e desta forma investem nas suas propriedades e procuram oferecer sempre o melhor serviço para os turistas, mas também pode ser visto como um ponto negativo, pois o visitante que busca encontrar um contato com o agricultor tradicional, que tem na sua origem o rural, pode se decepcionar quando realiza o roteiro e se depara com os “neururais”.

Retomando os objetivos do estudo, o turismo rural proporciona benefícios apenas para as propriedades que fazem parte do roteiro, deixando o entorno carente de atenção e desenvolvimento, dado que precisa ser levado em consideração, pois nas diretrizes do turismo rural está explícito que estas atividades devem favorecer o desenvolvimento das regiões onde está inserido.

Sobre as consequências do turismo rural, todos os entrevistados relataram consequências positivas como: incremento de renda, retorno de familiares para a zona rural (envolvidos diretamente com a atividade turística); melhorias nas propriedades; preservação ambiental; entre outros. Foi possível identificar as atividades turísticas e a forma de gestão desenvolvidas em cada local.

Com relação às políticas públicas envolvidas com o roteiro fica evidente que os empreendedores não se sentem atores dentro da comunidade onde residem, ficando a responsabilidade do desenvolvimento local para o poder público. Porém o turismo é uma forma de manter a zona rural produtiva, preservar o meio ambiente e promover benefícios para toda a comunidade. No entanto, para que esses benefícios sejam efetivos, os empreendedores devem pensar em desenvolver projetos que envolvam a comunidade local.

Se analisarmos o histórico da PoA Rural, os atuais participantes da associação, fazem parte de um grupo fechado, que possui um regimento excludente e isso pode ser um dos fatores que inibe a participação de outras pessoas no roteiro. Esse fator não vai ao encontro das legislações que tem no turismo rural uma forma de valorização dos locais e da comunidade onde está inserido, para desta maneira poder desenvolver a comunidade, proporcionando melhorias para toda a população.

Ficam diversos questionamentos sobre a atuação do turismo rural desenvolvido nos Caminhos Rurais. O retorno da zona rural de Porto Alegre está sendo importante para quem? Será que a comunidade que reside dentro do perímetro denominado Caminhos Rurais de Porto Alegre entende o significado deste?

Para que o turismo rural seja uma forma de valorização do rural, preservação do meio ambiente e uma ferramenta importante para o desenvolvimento da região é preciso ir além do envolvimento dos proprietários, pois é primordial que toda a comunidade seja incluída neste cenário ampliando os resultados positivos da atividade turística em áreas rurais.

Finalizo este trabalho com um agradecimento especial à minha orientadora-mestre-professora-amiga, Hernanda Tonini, por todos os ensinamentos, por toda dedicação e orientação nas diversas etapas da minha vida acadêmica, foste a minha inspiração para realizar e concluir esta etapa tão importante. Obrigada!

## Referências

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo: planejamento e direção**. Edusc, 1999.

ALMEIDA, Joaquim Anecio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. Centro de Ciências Rurais. Santa Maria: UFSM, 1998. 190p.

ALTÍSSIMO, Antônio. **O turismo rural como alternativa de renda à agricultura familiar do município de Quinze de Novembro**. Monografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <[http://www.emater-tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Mono\\_Antonio\\_altissimo\\_pdf](http://www.emater-tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Antonio_altissimo_pdf)>. Acesso em nov. 2015.

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Papirus Editora, 2003.

BEZERRA, Márcia Maria de Oliveira. **Turismo e financiamento: o caso brasileiro à luz das experiências internacionais**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000244192>>. Acesso em abril 2016.

BONETTI, Lucas A.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar. Anais: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1230\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1230_1.pdf)>. Acesso em abril 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. Brasília, 2010. Disponível em: <<[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Rural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>>. Acesso em set. 2015.

CERETTA, Caroline C.; JASPER, Juliana Rose; Dos Santos, Nara Rejane Zamberlan; ROCHA, Jeferson Marçal. **Neoruralidades: a valorização do turismo como expressão da Pluriatividade nas pequenas propriedades agrícolas no sul do estado do Rio Grande do Sul/Brasil**. Atas do VIII CITURDES. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Chaves, 2012.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** Bookman, 2005.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro: v.35, n. 2, p. 57-63, mar/abr., 1995.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. 2. ed. rev. – 1ª. reimpr. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002.

IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. **Economia do turismo: uma perspectiva marcoeconômica 2003-2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros\\_estudos/estudos\\_ibge/downloads\\_estudos\\_pesquisas\\_IBGE/Estudo\\_Economia\\_do\\_Turismo\\_x\\_Uma\\_Perspectiva\\_Macroeconomica\\_-\\_2003-2009.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/estudos_ibge/downloads_estudos_pesquisas_IBGE/Estudo_Economia_do_Turismo_x_Uma_Perspectiva_Macroeconomica_-_2003-2009.pdf)>. Acesso em nov. 2015

KLOSTER, Silvana; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha. **Desenvolvimento territorial e o turismo rural: O caso do município brasileiro de Ponta Grossa – PR.** Atas do VIII CITURDES. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Chaves, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARAFON, Gláucio José. **AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E TURISMO RURAL: reflexões a partir do território fluminense/FAMILY AGRICULTURE, PLURAL ACTIVITIES AND RURAL TOURISM: reflexions concerning the fluminense territory.** Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 1, 2006.

MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Compilación de las estadísticas del gasto turístico.** (Manual técnico) OMT, 1995.

POA RURAL. Associação Porto Alegre Rural. **Histórico dos Caminhos Rurais.** Documentos internos. Consulta em out. 2015.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL. **Caminhos Rurais de Porto Alegre.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Turismo. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p\\_secao=270](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=270)>. Acesso em junho 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **LEI Nº 12.845, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2007.** Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.845.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

ROQUE, Andréia Maria; VIVAN, Antônio Marcos. **O Turismo no Espaço Rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira.** Revista de Administração da UFLA. V.1, N.1, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação.** La pluriactividad en el campo latinoamericano. Quito. Ed. Flacso-séria FORO, v. 1, p. 132-161, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul**. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, p. 15-50, 2000.

SENAR. **Turismo no meio rural e oportunidade de negócio**. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Administração Regional do Estado do Paraná. Curitiba: SENAR-PR, 2011.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. Cortez editora, 2014.

SILVA, Clécio Azevedo da; GELBCKE, Daniele Lima. **O turismo em espaços rurais brasileiros: desafios para as políticas públicas**. Disponível em: <[http://nute.ufsc.br/.../o\\_turismo\\_em\\_espaços\\_rurais\\_brasileiros\\_desafios\\_para\\_as\\_politicas\\_publicas\\_resumo.pdf](http://nute.ufsc.br/.../o_turismo_em_espaços_rurais_brasileiros_desafios_para_as_politicas_publicas_resumo.pdf)>. Acesso em abril 2016.

SOUZA, Marcelino de; ELESBÃO, Ivo; SCHAIDHAUER, Maurício. **Os benefícios do turismo rural**: Caminhos de Pedra, Bento Gonçalves/RS. Rosa dos Ventos, Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo. Universidade de Caxias do Sul. 2011. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewArticle/1244>>. Acesso em maio 2016.